5

OLIVEIRA, Fabrício Augusto de. *Governos Lula, Dilma e Temer:* do espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2019.

Ricardo Carneiro[1]

Resumo: O livro tem como tema central a politica econômica adotada no Brasil no período 2003-2018 e busca explicações para o comportamento da economia, que transita do crescimento para a recessão, seguida da estagnação. Argumenta que não há diferenças substantivas nas estratégias dos governos Lula e Dilma, caracterizadas pelo alinhamento à política macroeconômica de estabilização prescrita pela ortodoxia, em combinação com a ausência de esforços mais efetivos de realização de reformas estruturais capazes de assegurar o crescimento da economia em bases sustentáveis. Relaciona os resultados distintos no tocante ao desempenho da economia obtidos por esses governos às características cambiantes dos contextos externo e interno, com destaque para a perda de dinamismo da economia mundial no rastro da crise do *subprime*. Mostra que o alinhamento à ortodoxia persiste no governo Temer, ao lado de esforços reformistas de cunho neoliberal, voltados ao ajuste fiscal. A pretendida retomada do crescimento não se materializa, com a substituição da recessão pela estagnação, e dificilmente irá se materializar sem a mudança do modelo de desenvolvimento.

Palavras-chave: Política econômica. Crescimento econômico. Reforma estrutural.

Abstract: *The central theme of the book is the economic policy adopted in Brazil between 2003 and 2018, and it seeks explanations for the economy behavior,*

1 Doutor em Ciências Humanas: Sociologia e Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor e pesquisador da Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho da Fundação João Pinheiro (FJP). Contato: ricardo.carneiro@fjp.mg.gov.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/6739881018308220.

which moves from growth to recession, followed by stagnation. It argues that there are no substantive differences in the strategies of the Lula's and Dilma's Governments, both characterized by their alignment with the macroeconomic stabilization policy prescribed by orthodoxy, in combination with the absence of more effective efforts to carry out structural reforms capable of ensuring the economy growth on a sustainable basis. It relates the different results regarding the economy performance obtained by the mentioned governments to the changing characteristics of the external and internal contexts, with emphasis on the loss of dynamism of the world economy in the wake of the subprime crisis. It shows that the alignment with orthodoxy persists in the Temer's Government, alongside neoliberal reformist efforts aimed at fiscal adjustment. The intended resumption of growth was not achieved, with the replacement of recession by stagnation. Moreover, it is unlikely to materialize without changing the development model.

Keywords: *Economic policy. Economic growth. Structural reform.*

Nas modernas sociedades capitalistas, uma problemática central discutida pela literatura econômica tem a ver com o papel do Estado frente ao mercado, tendo em perspectiva a construção da "boa sociedade", onde comparecem, como aspectos fundamentais, a estruturação de um sistema produtivo capaz de gerar crescimento sustentado da economia e a promoção de uma distribuição de renda compatível com a melhoria do padrão de bem-estar da população.

Como a ciência econômica não é uma ciência exata, a abordagem da relação entre Estado e mercado comporta interpretações distintas, das quais advêm prescrições também distintas sobre o escopo da intervenção estatal na economia. E, em cada época, como observa Hirschman (1996), há uma vertente interpretativa que se torna hegemônica, provendo subsídios teóricos para reorientações na atuação estatal, ora no sentido de sua contenção ou limitação, ora no sentido de sua expansão. Peter Evans (1998) pondera, no entanto, que a quantidade de intervenção estatal configura-se como um debate estéril. Mais importante, contrapor intervencionismo e não intervencionismo estatal confunde a questão básica a ser considerada no debate, já que essas alternativas são falsas, por ser o intervencionismo

estatal um fato inconteste. Para o autor, o problema que efetivamente importa não é quanto, mas qual intervenção é desejável ou deve ser feita. Fabrício A. de Oliveira vai nessa direção, reconhecendo, de partida, a importância do Estado na reprodução do sistema capitalista e em sua legitimação social. Sua análise referente ao comportamento da economia brasileira entre 2003 e 2018 é endereçada para a avaliação da qualidade ou adequação da política econômica implementada pelos governos ao longo deste período – os governos Lula, Dilma e Temer –, com o intuito de explicar as razões pelas quais o País transita do "espetáculo do crescimento ao inferno da recessão e da estagnação" que dá título ao livro.

Ao examinar criticamente a política econômica brasileira a partir de 2003, a análise empreendida busca apreender os fundamentos teóricos que as ancoram, considerando a influência que a percepção acerca do funcionamento do sistema econômico exerce sobre o direcionamento adotado no uso dos instrumentos que o governo dispõe para nele intervir e, por extensão, nos resultados colhidos.

Emerge, como aspecto marcante na abordagem da questão, o alinhamento da estratégia econômica seguida pelos sucessivos governos, de Lula a Temer, à prescrição do pensamento ortodoxo sacramentado pelo Consenso de Washington, que se baseia no denominado tripé macroeconômico – metas de inflação e de superavit primário, e câmbio flutuante – como forma de assegurar um ambiente favorável ao capital.

Ao lado desse alinhamento, revela-se também comum aos diferentes governos a ausência de um efetivo engajamento político no tocante à realização de reformas estruturais voltadas a propiciar condições mais sustentáveis para a promoção de um desenvolvimento socioeconômico portador de um compromisso efetivo com a resolução das profundas desigualdades de renda e de padrão de bem-estar que historicamente caracterizam o País.

Igualmente importante, a análise leva em conta que as políticas econômicas são formuladas e implementadas em contextos históricos com contornos especificamente determinados, nos planos externo e interno, que influenciam a dinâmica de funcionamento do sistema econômico.

No plano externo, o aprofundamento da interdependência das economias nacionais, associado ao fenômeno da globalização, tende a torná-las mais expostas ao que se passa na economia mundial, suscetível a instabilidades e crises que se alastram de forma rápida. Entre as variáveis do ambiente internacional, ganham relevo o comportamento do Produto Interno Bruto (PIB) mundial, com destaque para a economia da China, e as políticas monetária e fiscal praticadas pelos países mais desenvolvidos, especialmente os Estados Unidos e os da União Europeia.

A primeira variável exerce influência sobre o fluxo de comércio, favorecendo ou dificultando as exportações brasileiras, que é um componente relevante na composição do PIB nacional. A segunda afeta os fluxos de capital, refletindo-se na atratividade da economia brasileira tanto no que se refere à entrada de recursos estrangeiros para fins de investimentos na produção e no mercado financeiro, quanto no que se refere às condições para a obtenção de empréstimos e financiamentos no exterior.

No plano interno, comparecem variáveis tanto de natureza econômica quanto de natureza política. Na dimensão econômica, especial atenção é conferida às expectativas mutáveis dos agentes representativos do capital e do trabalho sobre o futuro da economia, que afetam o comportamento da demanda efetiva, notadamente os investimentos privados na expansão da produção e o consumo das famílias. Na dimensão política, as variáveis de maior relevância são aquelas que incidem sobre as condições de governabilidade e de governança pública, como o padrão de relações entre os Poderes Executivo e Legislativo e as investigações e os processos relativos a crimes cometidos contra a administração pública.

Embora o principal objetivo do livro, como posto na introdução, seja "o de avaliar a razão de dois projetos econômicos em tese distintos – da esquerda e da direita – terem produzido resultados tão desastrosos para a economia do País e terem conseguido lançá-lo no inferno da recessão e da estagnação, a partir de 2014" (OLIVEIRA, 2019, p. 9), recobrindo a gestão econômica de três governos, é inegável a saliência conferida, na construção do argumento analítico, à abordagem do governo Dilma.

Essa ênfase pode ser atribuída ao fato de a derrocada da economia brasileira, transitando do crescimento para a desaceleração e, na sequência, para a recessão, ter se dado exatamente nesse período. Em qualquer sociedade, a ocorrência do fenômeno da recessão tem efeitos perversos, envolvendo a retroação da produção, da renda e do emprego, que incidem principalmente nos segmentos mais vulneráveis da população. Para uma sociedade desigual como a brasileira, tais efeitos tendem a assumir contornos particularmente críticos, dada a combinação da existência de um expressivo contingente populacional inscrito na pobreza com a insuficiência, quantitativa e qualitativa, dos mecanismos de proteção social.

O livro é organizado em quatro capítulos, sendo o primeiro deles dedicado à análise da trajetória da política econômica adotada no primeiro mandato presidencial de Dilma Rousseff, correspondente ao período 2011-2014. O segundo discute, de uma perspectiva comparada, as políticas econômicas do governo Lula, em seus dois mandatos, que recobrem o período 2003-2010, e a do governo Dilma, abordada no primeiro capítulo, buscando identificar seus traços comuns e as razões de terem fracassado na promoção, sustentável no tempo, de um crescimento consistente da economia acompanhado de inclusão social. O terceiro trata da política econômica implementada no segundo governo Dilma – com foco em 2015, tratado como "o ano em que a ilusão do 'projeto do espetáculo do crescimento com inclusão social' chega ao seu fim" (OLIVEIRA, 2019, p. 17) –, interrompido, em 2016, pela crise de governabilidade que iria culminar no *impeachment da presidente* pelo Congresso Nacional. No quarto e último capítulo, aborda-se inicialmente tal crise

de governabilidade, para, na sequência, examinar-se a política econômica na gestão do governo Temer que, como vice-presidente, assume a presidência com a deposição de Dilma Rousseff, concluindo o mandato que se estende até o final de 2018.

O primeiro capítulo desdobra-se em três partes principais, os quais expressam momentos com características distintas na condução da política econômica do governo Dilma no período 2011-2014 que, embora oscilante, manteve o compromisso com a continuidade do alinhamento ao modelo de estabilização monetária herdada do governo Lula.

O mandato de Dilma Rousseff se iniciou em um contexto externo e interno pouco favorável. No plano externo, a principal dificuldade, destacada na análise, advinha da crise da Zona do Euro, repercutindo a crise do crédito do *subprime*, cuja eclosão repercutiu negativamente na economia mundial. No plano interno, acumulavam-se tensões provocadas pela política anticíclica adotada em 2009-2010 pelo governo Lula e pelo forte crescimento econômico dela resultante sobre as variáveis centrais da economia, mais especificamente, inflação em trajetória de aceleração, câmbio sobrevalorizado e juros em patamar elevado. Frente a esse cenário, a política econômica implementada, que não se respaldava em um programa estratégico de longo prazo, alternou ora a priorização do controle da inflação, ora a promoção do crescimento econômico ou mesmo do incremento da competitividade da produção nacional *vis-à-vis* a produção estrangeira.

A parte inicial do capítulo corresponde ao primeiro semestre de 2011, no qual a política econômica implementada, de natureza contracionista, teve, como principal motivação, a contenção da aceleração da inflação, que havia alcançado patamar próximo a 6% ao final de 2010.

Com esse intuito, foram utilizadas medidas de contenção do consumo, combinando instrumentos de política monetária e de política fiscal. No âmbito da política monetária, a análise destaca a promoção de seguidas elevações na taxa de juros Selic, ao

lado de medidas endereçadas a desestimular a tomada de crédito pelas pessoas físicas. No âmbito da política fiscal, a meta de superávit primário foi aumentada em relação ao resultado obtido no ano anterior, sendo fixada em 3,1% do PIB, o que se fez acompanhar da promoção de um expressivo contingenciamento de recursos orçamentários. E, para conter a forte entrada de recursos externos no País, que pressionava o câmbio no sentido da apreciação, recorreu-se também a medidas fiscais de natureza restritiva, como a elevação do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre a contração de empréstimos no exterior.

De acordo com a análise realizada, esse conjunto de medidas, além de não ter obtido êxito na consecução de seus propósitos, acabou provocando uma forte desaceleração do crescimento da economia.

Refletindo o resultado adverso sobre o ritmo de crescimento, o governo promoveu uma inflexão na política econômica, já no segundo semestre de 2011, o que é discutido na segunda parte do capítulo. Ganha forma então um esforço de retomada da economia, combinando medidas no campo monetário, fiscal e cambial, que configurariam uma nova estratégia de política econômica, designada como Nova Matriz Econômica (NME).

Voltada a lidar com o câmbio valorizado e a elevada carga tributária, identificados como as principais distorções da economia, as proposições da NME, sem romper com o tripé macroeconômico, buscavam a redução da taxa de juros, a maior competitividade do câmbio, e "a consolidação fiscal, abrindo espaços, no orçamento, para a desoneração de impostos da produção" (OLIVEIRA, 2019, p. 40), ao lado de ações com vistas a estimular o investimento e o consumo, consubstanciadas no denominado Plano Brasil Maior. A taxa de juros Selic iria experimentar sucessivos cortes, declinando do pico de 12,50% alcançado em 2011 para 7,25% no início de 2013.

Na área fiscal fez-se uma clara opção pela renúncia tributária como forma de induzir o crescimento e apoiar o consumo, crescentemente aprofundada no decorrer do tempo. Na área cam-

bial, buscou-se administrar o fluxo de capitais externos para o País, no sentido de se assegurar um nível competitivo para o câmbio.Outra medida, bastante polêmica, consistiu na implementação de uma "audaciosa" reestruturação do setor elétrico, com o intuito de promover um significativo rebaixamento das tarifas de energia.

Para alcançar os resultados pretendidos, o incremento dos investimentos produtivos e a aceleração do crescimento, tais medidas dependeriam da adesão do empresariado, cujo comportamento, contudo, não correspondeu às expectativas do governo. Com isso, a ênfase da estratégia econômica foi direcionada para o consumo das famílias, por meio da redução temporária de tributos incidentes sobre uma gama variada de produtos.

Mais uma vez, a pretendida retomada do crescimento se frustrou. Além dessa frustração, a implementação das medidas enfeixadas na NME acabou produzindo consequências não pretendidas de natureza adversa, com destaque, na análise, para a elevação da pressão inflacionária, levando à reversão da política de redução da taxa de juros Selic, e à deterioração das contas públicas, estimulando o uso da chamada contabilidade criativa.

Com o comprometimento da estratégia da NME, o governo promoveu uma nova inflexão na política econômica, abordada na terceira parte do capítulo. Adotada a partir do segundo semestre de 2013 e se estendendo até o final do mandato presidencial, a inflexão é tratada, na análise, como "estratégia de sobrevivência", cuja concepção estaria orientada para assegurar a reeleição de Dilma Rousseff no pleito de 2014.

Enfrentando adversidades tanto no cenário externo, em que se combinavam baixo crescimento da economia mundial e descenso dos preços das *commodities*, quanto, e principalmente, no cenário interno, em que à desaceleração econômica se somavam problemas de natureza política associados aos desdobramentos da Operação Lava Jato e das Jornadas de Julho de 2013, o governo recorreu à expansão dos gastos sociais e a medidas de política monetária com o propósito de assegurar

algum crescimento econômico e manter o emprego em nível elevado.

A despeito do resultado modesto colhido no tocante ao crescimento da economia, com expansão de apenas 0,5% do PIB em 2014, após a variação de 3,0% de 2013, e da deterioração das contas públicas, com um déficit primário de 0,57% do PIB em 2014, em contraste com o superávit de 1,72% do ano anterior, Dilma Rousseff saiu vencedora das eleições presidenciais para o período 2015-2018.

O segundo capítulo enfoca o período 2003-2014, desdobrando-se em três partes, sendo a primeira dedicada a traçar os contornos mais gerais da estratégia política adotada pelos governos petistas de Lula e Dilma.

De acordo com a análise feita nessa parte introdutória do capítulo, não há diferenças no conteúdo substantivo das políticas econômicas adotadas pelos dois presidentes, que teriam, como traço comum, o compromisso com o modelo de estabilização de inspiração ortodoxa, fundado no já mencionado tripé macroeconômico – metas de inflação e de superávit primário e câmbio flutuante. Tal compromisso expressaria a adesão tácita dos governantes às regras imposta pelo capital, rotulada, na análise, como "casamento promíscuo".

O rótulo se deve ao fato de governos formalmente progressistas se submeterem a um modelo, prescrito pelo capital, que esvazia a autonomia da política econômica no tocante à sua capacidade de promover um "crescimento econômico mais robusto e sustentável, no tempo" (OLIVEIRA, 2019, p. 93), bem como de implementar políticas de cunho redistributivo.

O que explicaria os distintos resultados alcançados pelos dois governos são as diferenças no contexto econômico, externo e interno, em que ambos operam. Enquanto o governo Lula se defrontou com um ambiente marcado por grande prosperidade da economia mundial, ainda que perturbado, em seu segundo mandato, pela crise do *subprime* de 2008-2009, o governo Dil-

ma se iniciou em um ambiente adverso, que repercute e desdobra, até a Zona do Euro, a referida crise.

A segunda parte examina a política econômica do governo Lula, em seus dois mandatos presidenciais, buscando explicações para o êxito alcançado na promoção do crescimento econômico, apesar do alinhamento com a ortodoxia. No primeiro mandato, o governo Lula viu-se favorecido pelo crescimento expressivo da economia mundial, com destaque para a China, com efeitos positivos sobre a economia brasileira e, por extensão, sobre a receita pública. O incremento da receita, por sua vez, abriu espaço no orçamento para a construção e implementação de um projeto de inclusão social, materializado no programa Bolsa Família, em articulação com outras ações de natureza redistributiva, sem romper com o modelo ortodoxo.

Esse ambiente externo favorável foi conturbado, no segundo mandato, pela crise do *subprime* de 2008-2009, que reverteu a trajetória de expansão da economia mundial, exigindo ajustes da política econômica brasileira.

Para lidar com os efeitos da mudança do cenário externo, o governo adotou uma política anticíclica, de inspiração *keynesiana*, combinando condições mais favorecidas de crédito, aumento dos gastos públicos, com destaque para a "expansão das transferências diretas de renda para a população" (OLIVEIRA, 2019, p. 109), e a continuidade da política de valorização real do salário mínimo, em articulação com a redução do superávit primário.

Exitosa em seus propósitos de sustentação do crescimento, essa política anticíclica provocou "avarias", no dizer da análise, no modelo macroeconômico de estabilização, que se configuraram como um desafio a ser enfrentado pelo governo Dilma.

A terceira parte do capítulo retoma a análise realizada no primeiro capítulo para discutir, de forma mais concisa, a forma como o novo governo procurou conciliar a realização de ajustes no modelo ortodoxo de estabilização, sem romper com ele, e a

adoção de medidas para assegurar a sustentação do crescimento econômico. O resultado da política econômica adotada no período vai se mostrar pouco eficaz, com o insucesso do modelo da Nova Matriz Econômica na sustentação do crescimento e o agravamento das avarias no modelo de estabilização. Reeleita em 2014, esse é o cenário a ser enfrentado por Dilma Roussef ao iniciar seu segundo mandato presidencial.

O terceiro capítulo é dedicado à análise da política econômica do primeiro ano do segundo mandato de Dilma Rousseff.

A parte inicial recupera rapidamente a situação da economia brasileira e das principais variáveis do modelo de estabilização no ano de 2014, de forma a delinear os contornos mais gerais da "herança" produzida e recebida pela governante.

Tal herança combinava uma economia estagnada com uma trajetória de rápida deterioração de suas variáveis macroeconômicas-chave, mais especificamente, câmbio, inflação e resultado das contas públicas, que, caso não fosse revertida, sinalizava para a "perda do grau de investimento do país pelas agências de *rating*" (OLIVEIRA, 2019, p. 131), obtido em 2008.

Tendo em vista esse cenário, a política econômica foi orientada no sentido do ajuste da economia, de forma a permitir a retomada do crescimento. O ajuste adotado, de acordo com a análise realizada, contemplou exclusivamente medidas no campo fiscal, passando ao largo da proposição de iniciativas voltadas à "correção dos problemas estruturais da economia" (OLIVEIRA, 2019, p. 133). Além do tamanho do ajuste, as medidas com vistas à sua promoção compreendiam expressivos aumentos de impostos e corte de gastos em áreas sensíveis à população.

Não surpreende, assim, que sua proposição tenha suscitado fortes resistências de diversos segmentos da sociedade à sua implementação. Enviadas ao Congresso Nacional, as medidas do ajuste não encontraram receptividade favorável à sua aprovação, onde ganha destaque a atuação do presidente da

Câmara, Eduardo Cunha, pautada por dificultar as iniciativas do Executivo.

Frente a essa situação, o governo recorreu a um expressivo contingenciamento de gastos no orçamento, visando assegurar o resultado fiscal pretendido, dando forma ao que a análise rotula de "o primeiro ajuste do ajuste" (OLIVEIRA, 2019, p. 140).

Em sentido oposto, o Congresso aprovou medidas que implicaram elevação dos gastos, fragilizando as perspectivas de êxito do esforço governamental. A esse cenário adverso no campo fiscal vieram se somar o desequilíbrio nas contas externas e a "aceleração da inflação em meio à recessão" (OLIVEIRA, 2019, p. 153).

A análise aborda, a seguir, as tentativas governamentais de lidar com a situação, traduzidas no recuo da meta de superávit primário e no lançamento do Programa de Proteção ao Emprego (PPE), no qual constavam diversos projetos de investimento em infraestrutura para fins de concessão.

Tais medidas, contudo, não se revelaram capazes de proporcionar os resultados esperados pelo governo. Reagindo à deterioração do quadro econômico e político, as agências de *rating* passaram a se movimentar no sentido do rebaixamento da nota brasileira, trazendo a perspectiva da perda do grau de investimento do País. Os problemas se acentuaram ainda mais com a ação do Tribunal de Contas da União (TCU), apontando irregularidades na prestação de contas do governo em 2014, que ficaram conhecidas como pedaladas fiscais, e o rompimento formal de Eduardo Cunha com o Executivo.

A análise avança, então, na direção da descrição do que é designado de "ensaios de reconhecimento de erros" (OLIVEIRA, 2019, p. 162), no qual destaca o imobilismo que passou a marcar política econômica em um quadro de aprofundamento da recessão e deterioração das principais variáveis macroeconômicas.

A parte final é dedicada a um balanço das políticas econômicas adotadas no período 2003-2015, salientando que ajustes recessivos, como o praticado em 2015, em lugar de permitir a pretendida correção dos desequilíbrios da economia, atuam no sentido de seu aprofundamento.

O quarto e último capítulo, dedicado à análise da política econômica do período 2016-2018, parte de uma breve abordagem do *impeachment* de Dilma Roussef, na qual destaca a paralisia imposta à política econômica até o desfecho do processo.

Na sequência, a atenção é dirigida ao exame da política econômica do governo Temer, desde sua interinidade, que vai de maio a agosto de 2016, até a conclusão do mandato presidencial, no final de 2018. De acordo com a análise, a interinidade permitiu antecipar o que se poderia esperar do novo governo, dada sua clara sinalização política quanto à confiança depositada na prescrição ortodoxa de ser o equilíbrio das contas públicas o caminho para a retomada do crescimento econômico, ao promover o resgate da confiança dos agentes econômicos, criando um ambiente favorável aos negócios.

Com esse intuito, foram tomadas, ainda em 2016, medidas com vistas ao ajuste fiscal, sob a forma de propostas de reformas encaminhadas à aprovação do Congresso, mais especificamente, as Propostas de Emenda Constitucional (PEC) 241, fixando teto para a correção dos gastos primários do governo, a PEC 287, tratando da reforma da previdência, e o Projeto de Lei 6787, alterando a legislação trabalhista. Embora apenas a reforma da previdência não tenha sido aprovada em 2016, a economia não conseguiu escapar da recessão, fechando o ano com uma variação negativa de 3,6%, número próximo ao do ano anterior.

A esse resultado econômico decepcionante vão se seguir dois anos de estagnação, nos quais os escândalos políticos envolvendo o próprio presidente esvaziaram as perspectivas de aprovação das reformas pretendidas pelo governo, o que se evidencia com nitidez na tramitação da reforma da previdência.

Em 2017, o crescimento econômico situou-se em apenas 1,3%, mesmo com a adoção de medidas de política monetária voltada a estimular o consumo e os investimentos.

Em 2018, o crescimento consegue ser ainda mais modesto, situando-se em 1,1%, observando-se, novamente, tentativas de estímulo à expansão da economia por meio da política fiscal. Conforme o título dado à seção final do capítulo, o governo Temer se encerrou com a "economia e a política em parafuso".

Combinando riqueza de informações, profundidade e o rigor analítico – traço característico da profícua produção do autor – o livro constitui uma referência fundamental, e obrigatória, para a compreensão da trajetória da economia brasileira no decorrer dos governos Lula, Dilma e Temer, examinando-a com base em uma avaliação crítica dos rumos impostos à política econômica implementada no período. Sua importância extravasa a esfera acadêmica, aportando subsídios para a construção de uma estratégia, alternativa à ortodoxia macroeconômica, capaz de pavimentar o caminho do País rumo ao crescimento em bases sustentáveis, com inclusão social.

A adoção de uma agenda de acentuada conformação neoliberal pelo novo governo, empossado em 2019, que reafirma a crença na prescrição ortodoxa, ressalta ainda mais a importância da análise empreendida para o debate em torno de soluções consistentes para os problemas da estagnação econômica e do aprofundamento das desigualdades sociais que marcam o cenário brasileiro na atualidade. Insistir na escolha de políticas econômicas equivocadas é um luxo que a sociedade brasileira não se pode permitir, pelos elevados custos sociais impostos à população, em especial à pobreza.

Referências

Hirschman, Albert O. **Auto-subversão**: teorias consagradas em xeque. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

Evans, Peter B. Análise do Estado no mundo neoliberal: uma abordagem institucional comparativa. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, n. 4, 1998.

Como publicar nos *Cadernos da Escola do Legislativo*

1 – Publicamos estudos de natureza analítica, preferencialmente inéditos, sobre temas de interesse do Poder Legislativo, do Estado e da sociedade, nas áreas de Direito, Administração Pública, Ciência Política, História Política, Políticas Públicas, Economia, Orçamento Público e afins.

2 – Além de estudos monográficos, aceitam-se traduções ou resenhas. A responsabilidade pelos artigos publicados é exclusiva dos autores. Se for o caso, o autor deverá tomar as providências necessárias no sentido de obter permissão para a publicação ou o uso de qualquer material eventualmente protegido por direitos autorais.

3 – O texto recebido será avaliado por parecerista *ad hoc*, especialista na área do tema abordado, observando-se os critérios de densidade e adequação aos objetivos da publicação. O parecerista poderá sugerir modificações formais ou de conteúdo, ou opinar pela não publicação, caso em que a decisão será comunicada ao autor.

4 – Devem acompanhar o texto informações acadêmicas e profissionais sobre o autor (titulação acadêmica, atividade profissional, vínculo institucional e informações para contato).

Para mais informações, acesse: https://cadernosdolegislativo.almg.gov.br/seer/index.php/cadernos-ele/about/submissions#onlineSubmissions

Os artigos publicados são de responsabilidade dos autores.

Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Escola do Legislativo

Av. Olegário Maciel, 2.161 – Belo Horizonte – MG – 30180-112

Tel.: (31) 2108-3400

E-mail do editor: nepel@almg.gov.br

E-mail da Escola do Legislativo: escola@almg.gov.br